

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 358.900 - RJ (2013/0191562-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : RODRIGO ALTENBURG ODEBRECHT CURI GISMONDI E OUTRO(S) - RJ157228
AGRAVADO : CLÍNICAS REUNIDAS SÃO VICTOR S/A
ADVOGADOS : ANDRÉ DA SILVA TEIXEIRA - RJ084892
RONALD FARIAS DA ROCHA - RJ085073
LUIS AUGUSTO CARRIÇO DA CONCEIÇÃO PACHECO E OUTRO(S) - RJ103574

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Janeiro, assim ementado (fl. 183):

AÇÃO MONITORIA. FATURA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES. CUSTOS COM INTERNAÇÃO EM CENTRO DE TRATAMENTO INTENSIVO DE HOSPITAL PARTICULAR. AUSÊNCIA DE VAGAS NA REDE PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. INTERNAÇÃO ÀS EXPENSAS DO ESTADO E MUNICÍPIO. TÍTULO MONITÓRIO. PROVA SUFICIENTE DO QUANTUM E EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. Cuida-se de ação monitória relativa à cobrança de dívida sem eficácia executiva consubstanciada em decisão judicial que determinou que os réus arcassem com os custos da internação de um paciente no Centro de Tratamento Intensivo de hospital particular, ante a ausência de vagas na rede pública. No que tange ao título monitório, a melhor doutrina entende que é possível a junção de vários documentos para formar a convicção do Julgador sobre a existência da prova escrita da obrigação. A manifestação de vontade dos réus em assumir as despesas do tratamento médico do paciente foi dada pela decisão judicial. Assim, há que se conferir validade jurídica à ordem judicial que concedeu a tutela antecipada determinado a internação do autor em hospital particular a expensas ao Poder Público, a qual integra a formação do documento de reconhecimento de dívida sem eficácia executiva. Ressalte-se que o crédito cobrado pelo autor (hospital) foi gerado pelos órgãos estatais, quais sejam, o Poder Executivo Municipal e Estadual que descumpriram seu mister

Superior Tribunal de Justiça

constitucional de prover a assistência de saúde integral e gratuita ao cidadão e pelo Poder Judiciário que corretamente determinou o cumprimento do direito público subjetivo à saúde. Desse modo, não se pode deixar de reconhecer a validade do crédito ora cobrado, sob pena de transferir ao particular um ônus financeiro que, indubitavelmente, é dos Entes Estatais. Noutro giro, analisando-se a matéria defensiva alegada pelos réus, infere-se não há qualquer vício no título monitório em relação à sua existência, porquanto se trata de crédito oriundo de decisão judicial. Tampouco há desacerto em relação ao quantum tendo em vista que a decisão judicial transitada em julgado não limitou os valores das despesas hospitalares aos constantes da tabela do Sistema Único de Saúde.
PROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 195/198).

Nas razões do apelo especial, o Município recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 535, 6º, 267, IV, VI, 461, §5º, 515, § 3º e 1.102-A, do CPC/73; 17, III, 18, I, 22 e 26, da Lei 8.080/90.

Sustenta, em síntese: **(I)** a existência de omissão no julgado, e **(II)** a necessidade de dilação probatória na instância de origem, que o impossibilitaria a aplicação da teoria da causa madura.

No mérito, defende **(III)** a ilegitimidade passiva do Município do Rio de Janeiro, bem como **(IV)** a inadequação de via monitória para cobrança de valores devidos a título de despesas hospitalares, por se tratarem de documentos elaborados de maneira unilateral, **(V)** o Município não tem obrigação de ressarcir despesas de custeio com relação a internação em hospital particular,

Aduz, por fim, que **(VI)** "...é imprescindível que seja observada a TABELA DO SUS no ressarcimento dos valores cobrados pela CLÍNICAS REUNIDAS SÃO VICTOR S/A..." (fl. 219). bem como **(VII)** seria impossível a condenação do Município ao pagamento de despesas que se verificassem em momento anterior à sua intimação.

Contrarrazões não apresentadas (fl. 259).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso não prospera.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Convém ressaltar, ainda, que, no caso, a despeito da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada nos arts. 6º, 267, IV, VI, 461, §5º, 515, § 3º, do CPC/73; 17, III, 18, I, 22, da Lei 8.080/90, nem sobre as seguintes teses: (I) imprescindibilidade de dilação probatória na instância de origem, (II) ilegitimidade passiva do Município do Rio de Janeiro, (III) ausência de obrigação legal do Município em ressarcir despesas de custeio com relação a internação em hospital particular, (IV) necessidade de observação da tabela do SUS para eventual ressarcimento das despesas debatidas nestes autos, bem como (V) impossibilidade da condenação do Município ao pagamento de despesas que se verificassem em momento anterior à sua intimação.

Incide, assim, o óbice da Súmula 211/STJ (*“Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo”*).

Releva observar, ainda, que deve ser afastada a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC/73 no tocante aos mencionados artigos e teses, por se tratar de temas inéditos, agitado tão-somente em embargos de declaração (fls. 189/193) e não suscitados oportunamente sob o enfoque ora pretendido, pois nada sobre eles foi relatado em

Superior Tribunal de Justiça

momento adequado, a saber, nas contrarrazões de apelação de fls. 128/132, restando caracterizada a existência de inovação recursal.

Nesse sentido, vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL – OFENSA AO ART. 535 DO CPC – INOVAÇÃO DE TESE – OMISSÃO – INOCORRÊNCIA – CASO FORTUITO – AFERIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 7/STJ – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – JUROS – FALTA DE PREQUESTIONAMENTO – APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ.

1. É vedada a inovação de teses em embargos de declaração e, por tal razão, inexiste omissão em acórdão que julgou a apelação sem se pronunciar sobre matérias não argüida nas razões de apelação.

2. Hipótese em que o Tribunal local valeu-se do acervo fático-probatório para afastar a ocorrência de caso fortuito. Assim, para se concluir de maneira diversa, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Nos termos da Súmula 211/STJ, inadmissível o recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.038.920/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 25/11/2008)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO DE ARGUMENTOS. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. SÚMULA 211/STJ. COISA JULGADA. EFEITOS. LIMITES SUBJETIVOS. SUCESSÃO. EXTENSÃO. PROVAS. REEXAME EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

- Inexiste omissão no acórdão recorrido se busca a parte, em embargos de declaração, inovar seus argumentos, trazendo questão não abordada na peça de defesa, sentença ou apelação.

- Os embargos declaratórios, mesmo quando manejados com o propósito de prequestionamento, são inadmissíveis se a decisão embargada não ostentar qualquer dos vícios que autorizariam a sua interposição.

- Os embargos de declaração interpostos após a formação do acórdão, com o escopo de prequestionar tema não veiculado anteriormente no processo, não caracterizam prequestionamento, mas pós-questionamento. Incidência da Súmula nº 211 do STJ.

- Nos termos do art. 472 do CPC, a regra é que a imutabilidade

Superior Tribunal de Justiça

dos efeitos da sentença só alcance as partes. Contudo, em determinadas circunstâncias, diante da posição do terceiro na relação de direito material, bem como pela natureza desta, a coisa julgada pode atingir quem não foi parte no processo. Entre essas hipóteses está a sucessão, pois o sucessor assume a posição do sucedido na relação jurídica deduzida no processo, impedindo nova discussão sobre o que já foi decidido.

- A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula nº 07 do STJ.

Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido.

(REsp 775.841/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 26/3/2009)

Importante, ainda, destacar que a mera oposição de aclaratórios não acarreta, necessariamente, o prequestionamento pretendido pela parte, tendo em vista que a única hipótese de acolhimento daquele recurso é a existência no julgado de omissão, contradição ou obscuridade, o que não se vislumbra no caso dos autos.

Tampouco seria, a ausência de prequestionamento da matéria, por si só, condição para que existisse o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional, pois não configura omissão o fato de o Tribunal **a quo** não ter emitido pronunciamento acerca de determinado dispositivo requerido pela parte, uma vez que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre questão inédita, impertinente, desnecessária para o deslinde da controvérsia ou sobre a qual não tenham sido corretamente opostos os embargos de declaração. A teor da jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - SUCESSÃO EMPRESARIAL. OPOSIÇÃO DE ACLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível ao julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante. Precedentes do STJ" (AgRg no AREsp 338.874/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 22/05/2014).
[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 462.831/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 25/08/2014)

Como quer que seja, com relação aos arts. 461, § 5º, do CPC/73 e 22, da Lei 8.080/90, nota-se que os referidos dispositivos legais não contém comando capaz de sustentar nenhuma das teses recursais, logo, não infirmam o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

No que remanesce, alega o Município agravante que a via monitória não seria adequada para cobrança de valores devidos a título de ressarcimento de despesas hospitalares em rede particular, por se tratarem de documentos elaborados de maneira unilateral. Sobre esta celeuma, a Corte **a quo** assim consignou (fl. 184/185):

A presente ação monitoria é embasada nos seguintes documentos comprobatórios da dívida: decisão judicial determinando a internação de cidadão em centro de tratamento intensivo de hospital particular a expensas do Município do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro (fls.15), ficha de internação do paciente (fls. 17), prontuário médico (fls. 18/30), conta hospitalar (fls.32/35), pedido de vaga hospitalar junto à Central Estadual de Regulação de vagas na terapia intensiva (fls. 113/114).

Extraí-se do contexto fático dos autos que um cidadão, ao sentir um mal súbito dirigiu-se a um hospital particular para atendimento de emergência. Tal atendimento ambulatorial era coberto pelo seu plano de saúde. No entanto, o seu estado de saúde evoluiu, necessitando o paciente de internação em um Centro de Tratamento Intensivo, medida não coberta pelo seu plano de saúde.

Superior Tribunal de Justiça

Assim sendo, ajuizou-se ação de obrigação de fazer postulando o atendimento médico necessário ao estado clínico do paciente, sendo deferida a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que os réus tomassem as medidas necessárias para a imediata internação do autor em CTI de hospital público. Outrossim, determinou-se que em caso de ausência de vaga na rede pública, que os réus arcassem com os custos da internação no CTI do hospital onde se encontrava o paciente, até o seu restabelecimento. Ressalte-se que a decisão liminar foi confirmada na sentença, foi mantida no acórdão e nos demais recursos interpostos contra o julgado.

Ante a inexistência de vagas o autor foi internado no CTI do hospital particular, sendo cobradas nesta ação tais despesas médicas.

Infere-se que a r. sentença julgou improcedente o pedido monitório ao argumento de que não havia prova do título monitório, nas palavras do i. Magistrado: "prova literal representativa de um crédito da parte autora e que se possa constituir de pleno direito em título executivo judicial a ponto de vincular os réus como devedores, não se demonstrando nesse feito que estes tenham assumido obrigação com manifestação de sua vontade de arcar com as despesas relativas ao tratamento de saúde do Sr. José Niuton de Souza, objeto da lide. "

No entanto, houve um equívoco do d.Julgador porque não é esta a conclusão que se extrai da prova dos autos.

A manifestação de vontade dos réus em assumir as despesas do tratamento médico do paciente José Niuton foi dada pela decisão judicial que antecipou os efeitos da tutela pretendida.

Assim, há que se conferir validade jurídica à ordem judicial que concedeu a tutela antecipada determinado a internação do autor em hospital particular a expensas ao Poder Público, a qual integra a formação do documento de reconhecimento de dívida sem eficácia executiva.

Ressalte-se que o crédito cobrado pelo autor (hospital) foi gerado pelos órgãos estatais, quais sejam, o Poder Executivo Municipal e Estadual que descumpriram seu mister constitucional de prover a assistência de saúde integral e gratuita ao cidadão e pelo Poder Judiciário que corretamente determinou o cumprimento do direito público subjetivo à saúde.

Desse modo, não se pode deixar de reconhecer a validade do crédito ora cobrado, sob pena de transferir ao particular um

Superior Tribunal de Justiça

ônus financeiro que, indubitavelmente, é dos Entes Estatais.

Noutro giro, analisando-se a matéria defensiva alegada pelos réus, infere-se não há qualquer vício no título monitorio em relação à sua existência, porquanto se trata de crédito oriundo de decisão judicial. Tampouco há desacerto em relação ao quantum tendo em vista que a decisão judicial transitada em julgado não limitou os valores despesas hospitalares aos constantes da tabela do Sistema Único de Saúde.

Ressalte-se que a monitoria é a via adequada para a cobrança de fatura de serviços médicos hospitalares.

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, a fim de aferir a adequação, ou não, da via eleita, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE DESCONTOS DE CHEQUES. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. REPRESENTAÇÃO DAS PARTES. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA SUFICIÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO ESCRITA PARA O EMBASAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A alegada violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 não ficou caracterizada uma vez que o Tribunal de origem se manifestou sobre todas as questões que impunham pronunciamento para a solução da lide, ainda que em sentido contrário à pretensão da agravante.

2. O Tribunal Estadual consignou expressamente a suficiência dos borderôs de desconto como prova escrita hábil ao manejo da ação monitoria, servindo os cheques apenas para confirmar a inadimplência da ora agravante. Desse modo, não há como reverter o quadro delineado pelas instâncias estaduais sem reexaminar os elementos fático-probatórios dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência

Superior Tribunal de Justiça

da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso. Ademais, conforme deduzido, a recorrente não cumpriu o disposto nos arts.

1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pois a demonstração da divergência não se perfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que não foi feito na hipótese.

4. O cabimento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) deve ser analisado conforme as regras definidas pela Terceira Turma deste Tribunal Superior - nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

5. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1196845/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 15/03/2018)

Importante frisar, por fim, que os referidos óbices impedem, ainda, a análise do dissídio jurisprudencial agitado no especial.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator